

O PROJETO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.

Maria Emilia de Lima.

Grupo Pesquisas em EF Escolar - FEUSP

JUSTIFICATIVA: Este estudo se dá pela constatação de que uma proposta isolada não pode dar conta dos problemas do cotidiano escolar, dada sua complexidade e pelas contradições e incoerências entre o discurso e a prática de Educação Física Escolar. Levanta-se a hipótese que os professores tenham um discurso pedagógico favorável às questões relacionadas à escola democrática embora valorizem, com frequência, a execução de gestos técnicos descontextualizados.

A Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 20/12/1996 orienta para a integração da Educação Física a proposta pedagógica da escola, responsabilizando a própria escola e o professor pela ação educativa.

Após discussão de seu Projeto Pedagógico, a EMEF Carlos Chagas apresenta como tema gerador para o período do segundo bimestre de 2005 o tema Meio Ambiente.

Tendo como orientador os PCNs e o diagnóstico feito com os alunos das terceiras e quartas séries e ainda objetivando desenvolver o conteúdo específico da Ed. Física, conhecimentos sobre o corpo, elaboramos, juntamente com as crianças, o Projeto Educação Física X Meio Ambiente, partindo da seguinte problematização: O que se entende por Meio Ambiente? O ser humano faz parte desse Meio Ambiente?

OBJETIVO: Construir conhecimentos sobre o corpo na perspectiva de auto cuidar-se e auto preservar-se. Partir de um corpo estritamente biológico para a descoberta de um corpo que se comunica. Elaborar, graficamente, contornos de corpos em harmonia e em comunicação.

QUADRO TEÓRICO: Vasconcellos (2002) considera que Projeto Político-pedagógico é o plano global, entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que define claramente o tipo de ação educativa a partir da leitura da realidade. Não qualquer ação, mas as definidas coletivamente e que se prestam a determinados propósitos, a certas intenções. “As ações projetadas não são aleatórias, circunstanciais, tópicas, intempestivas, superficiais, mas encadeadas, fundamentadas, radicais e consistentes”. (NEIRA, 2004). A escola pública e autônoma é aquela capaz de fixar as regras de seu próprio funcionamento, sem opor-se à unidade do sistema. Rios (1992) aponta que autonomia e liberdade são algo a ser construído. Daí a importância de se estabelecer condições de discussão criativa e crítica, num esforço comum e sempre aperfeiçoável.

Reconhecemos as inúmeras dificuldades que o espaço escolar apresenta, vale apontar, como exemplos, a diversidade cultural e dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Exatamente por tais motivos, evidenciamos a necessidade da construção do Projeto Político-pedagógico e a importância de uma organização coletiva onde as comunidades educativas, por meio do diálogo, examinem e questionem as relações de poder, construam democraticamente o currículo da escola e articulem-se num movimento de ação-reflexão-ação de modo a serem respeitados como sujeitos, autores de sua própria prática. Moreira e Candau (2003), refletem sobre as dificuldades encontradas pelos professores para superarem os desafios encontrados, quando apontam que é necessário tornar a cultura um eixo central, conferindo uma visão multicultural às práticas educativas.

A participação do professor na elaboração do Projeto Político-pedagógico da escola, em todas as suas fases, e com garantias de livre expressão e comunicação entre os diferentes grupos, pode oferecer melhores condições para a elaboração do seu plano de ensino e

provavelmente contribuirá no desenvolvimento de uma prática articulada com as finalidades educacionais definidas pelo coletivo.

Aprendemos com Fusari (1990) que o caminhar solitário do educador pode resultar numa prática que nunca se modifica e que, portanto, é necessário compreender que o sujeito constrói o conhecimento na interação com os outros através do estudo da prática de seu trabalho e da teoria que a fundamenta. Esse sujeito cognitivo, afetivo e social é uma totalidade que, imerso em seu trabalho, exercita o fazer, o pensar e o teorizar, pois não existe prática sem teoria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

- Aulas expositivas apresentando os conteúdos conceituais.
- a cada final de uma aula expositiva questionar com a turma o que o corpo faz, em termos motores e passível de desenvolver na quadra da escola. A partir daí, encaminhar a próxima aula (jogos, brincadeiras ou ginástica) na quadra. Cada turma, provavelmente, apresentará sugestões diferentes.
- utilização de recursos visuais para melhor entendimento dos conceitos (cartazes, esqueleto, gravuras, vídeo)
- elaboração, em pequenos grupos do trabalho final.

CONSIDERAÇÕES: Consideramos que a partir do trabalho desenvolvido, os alunos tiveram a oportunidade de: apropriar-se da linguagem visual e corporal; discutir regras das brincadeiras, apropriando-as às características do grupo; desenvolver atitudes cooperativas, de respeito e de solidariedade; envolver-se com alegria na prática das brincadeiras e jogos; construir conceitos básicos sobre: como o corpo é (constituição), o que ele precisa (alimentação saudável e atividade física) o que ele faz (em termos motor); elaborar um desenho a partir do contorno dos corpos.

BIBLIOGRAFIA:

- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.
- Moreira, Antonio F Barbosa e Candau, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: Revista Brasileira de Educação n 23, maio/jun/jul/ago, p. 156 – 168, 2003
- Neira, Marcos Garcia. Por dentro da sala de aula: conversando sobre a prática. São Paulo: Phorte, 2004.
- Rios, Terezinha Azerêdo. A autonomia como projeto – Horizonte ético-político. In série Idéias 16. a autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. São Paulo:FDE, Diretoria Técnica, 1993.
- PCNS VOL 8 1997.